



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de  
Bento Gonçalves  
**RECEBIDO EM:**  
05/11/2019  
ÀS 15:10 Horas  
Ass.: .....

Departamento Legislativo - 06 nov 2019 03:04

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 105/2019

**VEREADOR RELATOR: JOCELITO L. TONIETTO (PDT)**  
**VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL**

### VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO AO RELATÓRIO, COM EXCEÇÃO DO PRESIDENTE, QUE VOTA APENAS EM CASO DE EMPATE:

**VEREADOR ANDERSON ZANELLA (PSD):** Seguiu o voto do Relator  
**VEREADOR EDSON BIASI (PP):** Seguiu o voto do Relator  
**VEREADOR SIDINEI DA SILVA (PPS):** Seguiu o voto do Relator  
**VEREADOR IDASIR DOS SANTOS (MDB) :** Seguiu o voto do Relator

Com 5 (cinco) votos Favoráveis à tramitação, o Projeto de Lei 105/2019 passa a ter Parecer **FAVORÁVEL** na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezenove.

  
Vereador **VOLNEI CHRISTOFOLI (PP)**  
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**VOTO DO RELATOR**

**PROJETO DE LEI Nº: 105/2019**

**PROCESSO:137/2019**

**VEREADOR RELATOR: JOCELITO LEONARDO TONIETTO**

**DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 25 de outubro de 2019**

**AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL**

**EMENTA: “ ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO TRIBUTO TAXA DE COLETA DE LIXO CONSTITUÍDOS POR AUTO DE LANÇAMENTO COM FUNDAMENTO NO ART.317, I, “g”, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 183/2013.**

O presente Projeto de Lei, visa especificar a compensação tributária sendo necessária legislação municipal para tal. Justifica o Executivo Municipal, que para ser efetivada a compensação tributária se faz necessária legislação municipal específica autorizando em razão da expressa disposição legal do art. 170, do CTN - Código Tributário Nacional.

A necessidade do projeto de Lei se dá, a fim de viabilizar ao contribuinte a garantia à compensação de valores, sendo que é preciso que uma lei específica trate do assunto.

Assim sendo, considerando que o contribuinte possui uma sentença declaratória e condenatória, a qual dá direito ao autor da ação ao recebimento de determinadas quantia em dinheiro referente aos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, bem como os vincendos no curso desta e, ao mesmo tempo, este Município possui crédito em detrimento do autor, é possível a compensação do montante a receber na quantia a recolher junto aos cofres públicos.

O referido Projeto atende às técnicas legislativas e, seguindo a orientação Técnico jurídica, pode, portanto, tramitar nesta Casa Legislativa.

Assim sendo, meu voto é FAVORÁVEL .

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos cinco de novembro de 2019.

Vereador **JOCELITO LEONARDO TONIETTO-PDT**  
*Relator do Projeto de Lei nº 105/2019*